

voto, o Comité de Ministros adoptará, com base no relatório do Comité Governamental, uma resolução incidindo sobre o conjunto do ciclo de controlo e contendo recomendações individuais dirigidas às Partes Contratantes interessadas.

2 — Tendo em conta as propostas feitas pelo Comité Governamental em conformidade com o n.º 4 do artigo 27.º, o Comité de Ministros adoptará as decisões que lhe pareçam apropriadas.

Artigo 6.º

O artigo 29.º da Carta terá a seguinte redacção:

Artigo 29.º

Assembleia Parlamentar

O Secretário-Geral do Conselho da Europa enviará à Assembleia Parlamentar, com vista a debates periódicos em sessão plenária, os relatórios do Comité de Peritos Independentes e do Comité Governamental, bem como as resoluções do Comité de Ministros.

Artigo 7.º

1— O presente Protocolo encontra-se aberto à assinatura dos Estados membros do Conselho da Europa signatários da Carta, que podem expressar o seu consentimento em ficar vinculados por:

- a) Assinatura sem reserva de ratificação, de aceitação ou de aprovação; ou
- b) Assinatura sob reserva de ratificação, de aceitação ou de aprovação, seguida de ratificação, de aceitação ou de aprovação.

2 — Os instrumentos de ratificação, de aceitação ou de aprovação serão depositados junto do Secretário-Geral do Conselho da Europa.

Artigo 8.º

O presente Protocolo entrará em vigor no 30.º dia seguinte à data em que todas as Partes Contratantes na Carta tenham expressado o seu consentimento em ficar vinculadas pelo Protocolo em conformidade com as disposições do artigo 7.º

Artigo 9.º

O Secretário-Geral do Conselho da Europa notificará aos Estados membros do Conselho:

- a) Qualquer assinatura;
- b) O depósito de qualquer instrumento de ratificação, de aceitação ou de aprovação;
- c) A data de entrada em vigor do presente Protocolo em conformidade com o artigo 8.º;
- d) Qualquer outro acto, notificação ou comunicação relacionados com o presente Protocolo.

Resolução da Assembleia da República n.º 38/92

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Hungria sobre Promoção e Protecção Recíprocas de Investimentos

A Assembleia da República resolve, nos termos dos artigos 164.º, alínea j), e 169.º, n.º 5, da Constituição,

aprovar o Acordo entre a República Portuguesa e a República da Hungria sobre Promoção e Protecção Recíprocas de Investimentos, assinado em Budapeste em 28 de Fevereiro de 1992, cujas versões em línguas portuguesa e húngara seguem em anexo.

Aprovada em 3 de Novembro de 1992.

O Presidente da Assembleia da República, *António Moreira Barbosa de Melo*.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA HUNGRIA SOBRE PROMOÇÃO E PROTECÇÃO RECÍPROCAS DE INVESTIMENTOS.

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Hungria, adiante designados por Partes Contratantes:

Em conformidade com as respectivas ordens jurídicas internas e os compromissos internacionais assumidos pelos dois países;

Tendo em consideração os princípios enunciados na Carta de Paris sobre a Nova Europa e no documento final da Conferência, no âmbito CSCE, de Bona;

Tendo em atenção as perspectivas de evolução do relacionamento entre a Hungria e as Comunidades Europeias;

Com o intuito de desenvolver as relações económicas bilaterais, numa base de equidade e reciprocidade de vantagens;

Considerando que os investimentos constituem uma das mais importantes formas de cooperação empresarial entre países com sistemas de economia de mercado;

Conscientes da importância que os investimentos dos agentes económicos de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte revestem na prossecução deste objectivo;

E tendo em vista a criação das condições favoráveis para a realização de investimentos no território de uma das Partes Contratantes pelos agentes económicos da outra Parte;

acordam no seguinte:

Artigo 1.º

Para efeitos do presente Acordo, entende-se que:

- a) O termo «investidor» designa:

Os nacionais de cada uma das Partes Contratantes, tal como se encontram definidos nas respectivas ordens jurídicas internas; As sociedades, entendendo-se como tal todo o indivíduo e toda a entidade colectiva, incluindo sociedades comerciais e outras sociedades, ou associações, com ou sem personalidade jurídica, que estejam constituídas e funcionem de acordo com a lei de cada uma das Partes Contratantes;

- b) O termo «investimento» compreende toda a espécie de bens ou direitos relacionados com o investimento directo feito de acordo com a le-

gislação da Parte Contratante onde é efectuado e inclui, nomeadamente:

- Propriedade de bens móveis ou imóveis, bem como quaisquer outros direitos reais;
 - Direitos derivados de quotas, acções, obrigações ou outros tipos de interesses em sociedade, bem como de quaisquer outros tipos de participação;
 - Direitos a prestações em dinheiro ou a quaisquer outras prestações com valor económico;
 - Direitos de autor, direitos de propriedade industrial, processos técnicos, patentes, marcas, denominações comerciais e *know-how*;
 - Concessões de direito público, incluindo as de pesquisa, exploração e extracção de recursos naturais;
 - Quaisquer outros bens ou direitos equivalentes aos supramencionados;
- c) O termo «rendimentos» designa as quantias geradas por investimentos num determinado período, tais como lucros, dividendos, juros, *royalties* e quaisquer outras formas de remuneração, incluindo os pagamentos devidos a título de assistência técnica ou de gestão;
- d) A expressão «liquidação de investimento» designa a cessação dos investimentos feita nos termos e condições impostos pela legislação vigente no país em que o investimento em causa tenha sido realizado.

Artigo 2.º

1 — De acordo com a respectiva legislação em vigor, cada uma das Partes Contratantes permitirá os investimentos realizados por investidores da outra Parte Contratante no seu território.

2 — Sem prejuízo de outras medidas favoráveis à promoção de investimentos, as duas Partes Contratantes apoiarão:

- a) As iniciativas, designadamente exportações, simpósios e outros encontros a desenvolver as relações entre os dois países e principalmente entre os seus agentes económicos e respectivas organizações representativas;
- b) A informação dos agentes económicos dos dois países sobre as possibilidades concretas de cooperação bilateral, nomeadamente das susceptíveis de realização por meio de investimento;
- c) A cooperação entre organizações económicas e empresas dos dois países.

Artigo 3.º

1 — As Partes Contratantes concederão, em regime de reciprocidade, aos investidores da outra Parte Contratante o tratamento mais favorável na elaboração e execução de projectos de investimento; em qualquer caso o tratamento a conceder será justo e equitativo e conforme aos princípios do direito internacional.

2 — As Partes Contratantes abster-se-ão de tomar qualquer medida injusta ou discriminatória relativamente ao uso, fruição, administração, disposição e liquidação dos investimentos feitos no seu território por investidores da outra Parte Contratante.

3 — O disposto neste artigo aplica-se, nomeadamente, à aquisição e transporte de matérias-primas, materiais auxiliares, energia, combustíveis e meios de produção e exploração de qualquer espécie, bem como à venda e transporte de produtos, quer no interior do país, quer no estrangeiro.

4 — Ressalva-se do disposto no n.º 1 deste artigo o tratamento mais favorável concedido ou a conceder a investimentos ou investidores de um terceiro Estado por força da assinatura por uma das Partes Contratantes de acordos que criem zonas de comércio livre, uniões aduaneiras, mercados comuns, organizações ou outras formas de assistência económica ou outras formas de organização económica regional ou que tenham por objecto evitar a dupla tributação ou qualquer outra matéria de carácter fiscal.

Artigo 4.º

Se da legislação de uma das Partes Contratantes, das obrigações decorrentes do direito internacional que existam ou venham a existir entre as Partes Contratantes a par do presente Acordo ou de acordo particular entre uma das Partes Contratantes e um investidor da outra Parte Contratante resultar um regime geral ou especial mais vantajoso do que o previsto neste Acordo, aquele prevalecerá na medida em que for efectivamente mais favorável.

Artigo 5.º

1 — Os investimentos dos investidores de uma das Partes Contratantes gozarão no território da outra Parte Contratante de plena protecção e segurança.

2 — Nenhuma das Partes Contratantes poderá nacionalizar, expropriar ou tomar quaisquer outras decisões que privem, directa ou indirectamente, os investidores da outra Parte Contratante da titularidade dos seus investimentos, salvo se estas medidas preencherem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Corresponderem a um interesse público e respeitarem o processo previsto na respectiva ordem jurídica interna para estes casos;
- b) Não serem discriminatórias nem violadoras de qualquer garantia que essa Parte Contratante tenha prestado;
- c) Serem acompanhadas do pagamento de uma justa indemnização.

3 — A indemnização prevista na alínea c) do número anterior deverá corresponder ao valor de mercado do investimento afectado pelas medidas referidas no n.º 2 deste artigo imediatamente antes do momento em que as mesmas medidas forem do conhecimento público, acrescidas de juros até à data do seu pagamento, calculados de acordo com a taxa de mercado das operações de crédito activas para idêntico período.

4 — A indemnização prevista nos números anteriores deverá ser paga sem demora injustificada, em moeda livremente convertível e imediatamente transferível.

5 — Os investidores de uma Parte Contratante que venham a sofrer perdas de investimentos no território da outra Parte Contratante, em virtude de guerra ou outros conflitos armados, revolução, motim, estado de emergência ou outro caso de força maior, não receberão dessa Parte Contratante, relativamente a restitui-

ções, compensações, indemnizações ou quaisquer outros pagamentos, tratamento menos favorável do que o concedido a investidores de terceiros Estados, se e na medida em que o regime aplicável a estes for mais favorável.

6 — Relativamente às matérias reguladas no presente artigo, os investigadores de uma Parte Contratante beneficiarão no território da outra Parte Contratante do tratamento de nação mais favorecida.

Artigo 6.º

As Partes Contratantes, em conformidade com as respectivas ordens jurídicas internas, garantem aos investidores da outra Parte Contratante a livre e imediata transferência das importâncias deduzidas de impostos relacionadas com os seus investimentos realizados nos seus respectivos territórios, nomeadamente:

- a) Do capital e das importâncias adicionais para a manutenção ou ampliação do investimento;
- b) Dos rendimentos definidos na alínea c) do artigo 1.º;
- c) Das quantias destinadas à amortização de empréstimos;
- d) Dos salários e pensões dos nacionais da outra Parte Contratante que tiverem sido autorizados a trabalhar em actividades relacionadas com o investimento no território da Parte Contratante em que o mesmo foi realizado;
- e) Das indemnizações, compensações ou quaisquer outros pagamentos que venham a ser recebidos nos termos do artigo anterior;
- f) Do produto da liquidação do investimento.

Artigo 7.º

1 — Se uma das Partes Contratantes, por força de uma garantia prestada a um investimento no território da outra Parte Contratante, ou se uma pessoa singular ou colectiva de uma Parte Contratante, em virtude de contrato de seguro ou resseguro dos riscos não comerciais de um investimento no território da outra Parte Contratante, efectuar, por força da referida garantia ou seguro, qualquer pagamento ao respectivo investidor, fica automaticamente sub-rogada nos direitos quer substantivos, quer de acção do mencionado investidor.

2 — A Parte Contratante na qual o investimento garantido ou seguro nos termos do número anterior foi realizado concederá ao sub-rogante o mesmo tratamento dado a um investidor da outra Parte Contratante.

Artigo 8.º

1 — Todo e qualquer litígio relativo a investimentos entre uma Parte Contratante e um investidor da outra Parte Contratante serão, sempre que possível, resolvidos amigavelmente.

2 — Os litígios referidos no número anterior, se não tiverem sido solucionados de forma amigável nos seis meses seguintes ao início das conversações para esse efeito, deverão ser sempre submetidos, a pedido de um dos litigantes, à arbitragem do Centro Internacional para a Resolução dos Diferendos, a que se refere a Convenção de Washington de 18 de Março de 1965.

3 — Com excepção dos casos de expropriação, nacionalização ou medidas de efeito equivalente, os litígios a que se refere o presente artigo deverão ser sub-

metidos às instâncias judiciais competentes da Parte Contratante onde se realizou o investimento. Caso não haja sentença com trânsito em julgado, decorridos 18 meses sobre a data de propositura da acção, será o mesmo litígio resolvido nos termos do número anterior.

Artigo 9.º

1 — Qualquer das Partes Contratantes poderá pedir à outra Parte Contratante a realização de consultas sobre assuntos compreendidos no âmbito do presente Acordo.

2 — Os diferendos entre as Partes Contratantes relativos à interpretação ou aplicação do presente Acordo devem ser solucionados, sempre que possível, pela via diplomática. Se um diferendo não puder ser resolvido por esta via nos seis meses seguintes a uma das Partes Contratantes ter suscitado a questão, qualquer das Partes Contratantes poderá submeter o diferendo a um tribunal arbitral a constituir para esse efeito.

3 — O tribunal arbitral será constituído para cada caso concreto da seguinte forma: cada uma das Partes Contratantes designará um árbitro, designando estes, por comum acordo, o árbitro presidente, que será sempre o nacional de um terceiro Estado. Os árbitros devem estar nomeados nos cinco meses seguintes à data em que uma das Partes Contratantes notificar a outra Parte Contratante da sua vontade de submeter o diferendo a arbitragem.

4 — Se os prazos fixados no número anterior não forem cumpridos, qualquer das Partes Contratantes poderá pedir ao Presidente do Tribunal Internacional de Justiça da Haia que proceda à nomeação dos árbitros necessários ao funcionamento do tribunal.

5 — O tribunal arbitral decidirá de acordo com as normas de direito internacional aplicável, tendo em especial consideração não só o presente Acordo como todos os outros acordos que vinculem ambas as Partes Contratantes e, na ausência destas, de acordo com os princípios gerais de direito internacional.

6 — O tribunal definirá as suas próprias regras processuais, salvo decisão em contrário das Partes Contratantes.

7 — O tribunal deliberará por maioria e as suas decisões, insusceptíveis de recurso, vincularão as Partes Contratantes.

8 — Cada uma das Partes Contratantes suportará as despesas do respectivo árbitro, bem como as da respectiva representação no processo arbitral. As duas Partes Contratantes custearão em partes iguais as demais despesas do tribunal e do processo.

Artigo 10.º

O presente Acordo aplicar-se-á igualmente a investimentos realizados a partir de 1 de Janeiro de 1973 por investidores de uma das Partes Contratantes no território da outra Parte Contratante, em conformidade com as respectivas disposições legais.

Artigo 11.º

1 — O presente Acordo entrará em vigor 30 dias após a data de recepção da segunda das notas pelas quais as Partes Contratantes se comunicarem reciprocamente a sua aprovação em concordância com os preceitos constitucionais de ambos os países e terá a validade de 15 anos.

2 — O Acordo renovar-se-á automaticamente por sucessivos períodos de 10 anos, salvo se uma das Partes Contratantes o denunciar, devendo este acto ser notificado à outra Parte Contratante com uma antecedência de pelo menos um ano em relação ao termo do período inicial de vigência ou das suas prorrogações.

3 — Para os investimentos efectuados antes do termo da vigência do presente Acordo, as disposições deste Acordo permanecerão em vigor nos 10 anos seguintes à data da sua cessação.

Feito em Budapeste, em 28 de Fevereiro de 1992, em dois exemplares, cada um nas línguas húngara e portuguesa, fazendo o texto em qualquer das línguas igualmente fé.

Pela República da Hungria:

Tibor Pongrácz, Secretário de Estado Político
do Ministério das Finanças.

Pela República Portuguesa:

António José Fernandes de Sousa, Secretário
de Estado Adjunto do Comércio Externo.

**MEGÁLLAPODÁS A PORTUGÁL KÖZTÁRSASÁG KORMÁNYA ÉS
A MAGYAR KÖZTÁRSASÁG KORMÁNYA KÖZÖTT A
BERUHÁZÁSOK KÖLCSONÖS ELŐSEGÍTÉSÉRŐL ÉS
VÉDELMÉRŐL.**

A Portugál Köztársaság Kormánya és a Magyar Köztársaság Kormánya, a továbbiakban Szerződő Felek:

A két ország vonatkozó jogszabályaival és az általuk vállalt nemzetközi kötelezettségekkel összhangban;

Figyelembe véve az Európai Biztonsági és Együttműködési Értekezlet szellemében az új Európáról szóló Párizsi Karta és a bonni konferencia záróokmányában lefektetett elveket;

Figyelembe véve Magyarország és az Európai Községek közötti kapcsolatok fejlődésének perspektíváit;

A kétoldalu gazdasági kapcsolatoknak az egyenlőség és a kölcsönös előnyök alapján történő fejlesztésének szándékától vezérelve;

Felismerve, hogy a piacgazdasági rendszerben működő országok közötti vállalati együttműködés egyik legjelentősebb formáját a beruházások képezik, tudatában annak, hogy milyen fontos szerept töltenek be e cél érdekében az egyik Szerződő Fél gazdasági szereplőinek a másik Fél területén megvalósuló beruházásai; Attól a szándéktól vezetve, hogy kedvező feltételeket teremtsenek az egyik Szerződő Fél gazdasági szereplői által a másik Fél területén megvalósítandó beruházásokhoz;

a következőkben állapodnak meg:

1. cikk

A jelen Megállapodás szempontjából:

a) A «beruházó» kifejezés magában foglalja:

Azokat a természetes személyeket, akik a vonatkozó jogszabályoknak megfele lően,

az egyik Szerződő Fél állampolgárainak tekintendők;

A «társaságokat» valamennyi személyi egyesülést, beleértve a kereskedelmi és egyéb társaságokat vagy egyesüléseket, akár rendelkeznek jogi személyiséggel, akár nem, és amelyek szervezeti felépítése és működése megfelel az egyik Szerződő Fél törvényeinek;

b) A «beruházás» kifejezés magában foglal mindenfajta vagyoni értéket és jogot, amelyek közvetlen beruházásokkal kapcsolatosak, és amelyek megfelelnek azon Szerződő Fél törvényeinek, amelynek területén a beruházás megvalósul, nevezetesen a következők:

Ingó vagy ingatlan dolgok tulajdona, valamint bármilyen más dologi jog;

Részesedésekből, részvényekből, kötvényekből és bármely más társasági részesedésből származó jogok, valamint az érdekeltség bármely más fajtája;

Pénzre szóló követelések vagy szolgáltatásokhoz fűződő jog, vagy bármely más gazdasági értékkel bíró szolgáltatás;

Szerzői jogok, ipari tulajdonjogok, műszaki eljárások, szabadalmak, védjegyek, kereskedelmi nevek és «know-how»;

Közzégi koncessziók, beleértve a természeti kincsek kutatására, feltárására és kiaknázására vonatkozó koncessziókat;

A fentebb említettekkel egyenértékű bármilyen más vagyoni érték vagy jog;

c) A «jövedelem» kifejezés egy meghatározott időszakban beruházásból származó összeget jelent, mint például a nyereség, az osztalék, a kamat, a jogdíj vagy bármely más díj, beleértve a műszaki segítségnyújtásért vagy az igazgatásért járó kifizetéseket;

d) A «beruházás felszámolása» kifejezés beruházás megszűnését jelenti, annak az országnak a hatályos törvényeivel összhangban, amelynek területén a szóbanforgó beruházást megvalósították.

2. cikk

1 — Mindegyik Szerződő Fél hatályban lévő törvényeivel összhangban engedélyezi a másik Szerződő Fél beruházói által területén létesítendő beruházásokat.

2 — A két Szerződő Fél — a beruházások elősegítése szempontjából kedvező intézkedések fenntartásával — támogatja:

a) Azokat a kezdeményezéseket, nevezetesen kiállításokat, szimpóziumokat és más találkozókat, amelyek célja a két ország közötti, és mindenekelőtt gazdasági szereplői és a megfelelő képviselői szervezetei közötti kapcsolatok fejlesztése;

b) A két ország gazdasági szereplőinek tájékoztatását a kétoldalu együttműködés konkrét lehetőségeiről, nevezetesen azokról, amelyek beruházások révén valósíthatók meg;

c) A két ország gazdasági szervezetei és vállalatai közötti együttműködést.

3. cikk

1 — A Szerződő Felek kölcsönösen a legkedvezőbb elbánásban részesítik a másik Szerződő Fél beruházóit a beruházási tervek kidolgozásában és végrehajtásában; az elbánás minden esetben igazságos és méltányos és megfelel a nemzetközi jog elveinek.

2 — A Szerződő Felek tartózkodnak minden olyan indokolatlan vagy megkülönböztető intézkedéstől, amely a másik Szerződő Fél beruházói által a területén megvalósított beruházások használatát, élvezetét, igazgatását, a beruházások feletti rendelkezést és azok felszámolását érintené.

3 — E cikk rendelkezése alkalmazandó nevezetesen nyersanyagok, segédanyagok, energiahordozók, tüzelőanyagok és bármilyen fajta termelő és kitermelő eszköz beszerzésére és szállítására, valamint termékek eladására és szállítására akár országon belül, akár külföldön.

4 — E cikk 1. pontjának rendelkezései nem terjednek ki harmadik állam beruházásainak vagy beruházóinak nyújtott vagy nyújtandó legnagyobb kedvezményes elbánásra, amely az egyik Szerződő Fél által megkötött szabadkereskedelmi övezeteket, vámuniókat, közös piacokat, gazdasági segítségnyújtási szervezeteket vagy más regionális gazdasági szervezeti formákat létrehozó megállapodásokból vagy a kettős adóztatás elkerüléséről szóló egyezményekből vagy bármilyen más adóügyi egyezményből származik.

4. cikk

Amennyiben bármelyik Szerződő Fél jogszabályai vagy a Szerződő Felek között fennálló vagy a jövőben létrejövő nemzetközi jogi kötelezettségek e Megállapodáson túlmenően olyan, akár általános, akár különös szabályokat tartalmaznak, amelyek a másik Szerződő Fél beruházóinak beruházásait a Megállapodásban biztosított elbánásnál kedvezőbbre jogosítják, úgy ezek a szabályok a Megállapodással szemben abban a mértékben irányadóak, amennyiben előnyösebbek.

5. cikk

1 — Az egyik Szerződő Fél beruházói által a másik Szerződő Fél területén megvalósított beruházások teljes védelmet és biztonságot élveznek.

2 — Egyik Szerződő Fél sem államosíthatja, sajátíthatja ki vagy hozhat bármilyen más olyan intézkedést, amely közvetlenül vagy közvetve megfosztja a másik Szerződő Fél beruházóit a beruházásaiból származó jogoktól, kivéve, ha az alábbi feltételek együttesen fennállnak:

a) Az intézkedés közérdeket szolgál és megfelelő törvényes eljárás keretében történik;

b) Nem megkülönböztető és nem ellentétes olyan kötelezettséggel, amelyet az előbbi Szerződő Fél elvállalt;

c) Méltányos kártalanítás fizetésére kerül sor.

3 — E cikk 2., c), pontja által előírt kártalanításnak meg kell felelnie az érintett beruházás — a 2. pontban említett ismerteté válását megelőzően — piaci értékének. A kártalanítás magában foglalja a fizetés időpontjáig az érintett időszakban érvényes piaci kamatot is.

4 — A fenti pontokban előírt kártalanítás indokolatlan késedelem nélkül, szabadon átváltható és átutalható pénznemben teljesítendő.

5 — Az egyik Szerződő Fél beruházói, akiknek a másik Szerződő Fél területén lévő beruházásai háboru vagy más fegyveres összeütközés, forradalom, felkelés, szükségállapot vagy más kényszerítő körülmény következtében kárt szenvednek, az utóbbi Szerződő Fél részéről a helyreállítás, a kárpótlás, a kártalanítás vagy bármely más fizetés tekintetében nem részesülnek kedvezőtlenebb elbánásban, mint amelyet saját vagy harmadik állam beruházóinak nyújt, bármelyik legyen is a kedvezőbb elbánás.

6 — Az e cikkben szabályozott kérdésekkel kapcsolatosan az egyik Szerződő Fél beruházói a másik Szerződő Fél területén legnagyobb kedvezményes elbánásban részesülnek.

6. cikk

A Szerződő Felek a vonatkozó jogszabályaikkal összhangban a másik Szerződő Fél beruházóinak a területükön lévő beruházásaikkal kapcsolatos adóval csökkentett összegek szabad és azonnali átutalását biztosítják, nevezetesen:

- a) A tőke és a beruházás fenntartásához vagy bővítéséhez szükséges pótlólagos összegek;
- b) Az 1. cikk, c), pontjában meghatározott jövedelmek;
- c) A kölcsönök törlesztéséhez szükséges összegek;
- d) A Szerződő Felek azon állampolgárainak fizetése és járadéka, akik munkavállalási engedéllyel rendelkeznek a másik Szerződő Fél területén megvalósuló beruházással kapcsolatosan;
- e) A kártalanítás, a kárpótlás vagy bármely más kifizetés, amelyre az előző cikk alapján került sor;
- f) A beruházás felszámolásából származó bevétel.

7. cikk

1 — Amennyiben az egyik Szerződő Fél, a másik Szerződő Fél területén megvalósuló beruházással kapcsolatban nyújtott biztosítás alapján, vagy az egyik Szerződő Fél ügynökségével a másik Szerződő Fél területén megvalósuló beruházással kapcsolatos nem-kereskedelmi kockázatok ellen megkötött biztosítási vagy viszontbiztosítási szerződés alapján kifizetésekre kerül sor az érintett beruházó jogai és kötelezettségei automatikusan átszállnak a kifizetőre.

2 — Az a Szerződő Fél, amelynek területén az előző pont értelmében biztosított beruházás megvalósult, a jogutódot ugyanolyan elbánásban részesíti, mint a másik Szerződő Fél beruházóját.

8. cikk

1 — Minden, az egyik Szerződő Fél és a másik Szerződő Fél beruházója között a beruházással kapcsolatban felmerülő vitákat, lehetőség szerint békés uton rendezik.

2 — Amennyiben az előző pontban említett vitát a tárgyalások megkezdésétől számított 6 hónapon belül nem sikerült békés uton rendezni, azt a vitában álló felek egyikének kérésére a Beruházási Viták

Rendezésének Nemzetközi Központja elé terjesztik választott bírósági uton való rendezés céljából a Washingtonban 1965. március 18-án aláírásra megnyitott egyezmény szerint.

3 — A kisajátítás, államosítás vagy hasonló következménnyel járó intézkedések kivételével az e cikkben említett vitákat azon Szerződő Fél bírósága elé terjesztik, amelynek területén a beruházás megvalósult. Ha a bírósági eljárás kezdetétől számított 18 hónapon belül az ügyben nem születik döntés, a vitát az előző pont szerint rendezik.

9. cikk

1 — A Szerződő Felek bármelyike kérheti a másik Szerződő Felet, hogy a jelen Megállapodás alá tartozó kérdésekről tárgyalásokat folytassanak.

2 — A jelen Megállapodás értelmezésével vagy alkalmazásával kapcsolatban a Szerződő Felek között felmerülő vitákat lehetőség szerint diplomáciai uton rendezik. Ha a vitát az egyik Szerződő Fél által történt felvetésétől számított 6 hónapon belül nem sikerül rendezni, bármelyik Szerződő Fél azt egy erre a célra létrehozott választottbírószám elé terjesztheti.

3 — A választottbírószámot minden egyes esetben a következőképpen hozzák létre; mindegyik Szerződő Fél kijelöl egy-egy választottbíró, akik közös megegyezéssel kijelölik a választottbírószám elnökét, aki minden esetben egy harmadik állam polgára.

A választottbírókat öt hónapon belül jelölik ki azt követően, hogy valamelyik Szerződő Fél értesítette a másik Szerződő Felet azon szándékáról, hogy a vitát választottbírószám elé kívánja terjeszteni.

4 — Amennyiben az előző pontban rögzített határidőket nem tartják be, a Szerződő Felek bármelyike felkérheti a Hágai Nemzetközi Bíróság Elnökét, hogy jelölje ki a bíróság működéséhez szükséges választottbírókat.

5 — A választottbírószám a nemzetközi jog vonatkozó normáival összhangban, különösen a jelen Megállapodást és a Szerződő Feleket kötelező bármely más megállapodást figyelembe véve, és ezek hiányában, a nemzetközi jog általános elvei alapján hozza meg döntését.

6 — A Szerződő Felek ellenkező megállapodásának hiányában a bíróság maga határozza meg eljárási szabályait.

7 — A bíróság szavazattöbbséggel dönt, döntései véglegesek és kötelezőek a Szerződő Felekre.

8 — Mindegyik Szerződő Fél viseli saját választottbírójának és választottbíróági eljárásbeli képviselőjének költségeit. A két Szerződő Fél egyenlő részben viseli a bíróság és az eljárás egyéb költségeit.

10. cikk

A jelen Megállapodás olyan beruházásokra alkalmazandó, amelyeket az egyik Szerződő Fél beruházói a másik Szerződő Fél területén, ennek vonatkozó törvényeivel összhangban 1973. január 1. után létesítettek.

11. cikk

1 — A jelen Megállapodás 30 nappal azt követően lép hatályba, miután a Szerződő Felek kölcsönösen tájékoztatják egymást arról, hogy a Megállapodást az

országaikban megkövetelt alkotmányos eljárásoknak megfelelően jóváhagyták, és 15 évre marad hatályban.

2 — A Megállapodás automatikusan további 10 éves időszakokra meghosszabbodik, kivéve, ha azt az egyik Szerződő Fél felmondja, erről a másik Szerződő Fél a Megállapodás hatályának lejártá vagy annak meghosszabbodása előtt legalább egy évvel értesítenie kell.

3 — A jelen Megállapodás lejártának időpontját megelőzően létesített beruházásokra a jelen Megállapodás rendelkezései a Megállapodás megszűnésének időpontjától számított tíz éven keresztül érvényben maradnak.

Készült Budapesten 1992. február 28-án két eredeti példányban portugál és magyar nyelven, mindkét nyelvű szöveg egyaránt hiteles.

A Portugál Köztársaság Kormánya nevében:

António José Fernandes de Sousa.

A Magyar Köztársaság Kormánya nevében:

Tibor Pongrácz, Secretário de Estado Político do Ministério das Finanças.

Resolução da Assembleia da República n.º 39/92

Viagem do Presidente da República a França

A Assembleia da República resolve, nos termos dos artigos 132.º, n.º 1, 166.º, alínea b), e 169.º, n.º 5, da Constituição, dar assentimento à viagem de carácter oficial de S. Ex.ª o Presidente da República a França entre os dias 14 e 16 de Dezembro de 1992.

Aprovada em 10 de Dezembro de 1992.

O Presidente da Assembleia da República, *António Moreira Barbosa de Melo.*

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 291/92

de 30 de Dezembro

Pelo Decreto-Lei n.º 145/92, de 21 de Julho, foi instituída a sociedade Lisboa 94 — Sociedade Promotora de Lisboa Capital Europeia da Cultura, S. A.

A dinamização de esforços que exige a promoção do evento Lisboa — Capital Europeia da Cultura 1994 postula que a referida Sociedade seja dotada de meios que lhe permitam recorrer à contratação de trabalhadores provenientes dos diferentes campos laborais, garantindo aos interessados a manutenção do anterior vínculo laboral como forma de obviar à duração, limitada no tempo, da Sociedade.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — Podem prestar serviços na sociedade Lisboa 94 — Sociedade Promotora de Lisboa Capital Europeia da Cultura, S. A., adiante designada Sociedade, mediante o seu prévio consentimento, funcionários da administração pública central e local, em regime de comissão de serviço, sem perda de quaisquer direitos ou regalias inerentes ao seu vínculo.